

MANAUS, AM, 1º DE ABRIL DE 1995

Por muito tempo, a Amazônia foi o cenário de um embate entre o homem e a natureza. Antes, a natureza era vista como hostil e ameaçadora pelo forasteiro que buscava navegar em seus rios ou penetrar em suas florestas. Era o Inferno Verde. Depois, como um revide perverso, vieram as queimadas de árvores, a contaminação dos rios, o desrespeito às terras e à vida dos indígenas – a economia predatória.

A era dos conflitos está superada. É chegado o momento de um novo encontro. De um novo encontro entre o homem e o seu ambiente; entre as comunidades indígenas e extrativistas e os demais 17 milhões de amazônidas; entre a produção e o ecossistema; entre o aproveitamento do enorme potencial econômico da região e melhores condições de vida para a população.

Tenho o compromisso com uma visão moderna e integrada da Amazônia, que busque associar, numa síntese harmoniosa, o aproveitamento de novas alternativas econômicas com a proteção da natureza; a utilização de ciências e tecnologias avançadas com a adequada exploração da biodiversidade, das fontes energéticas e das reservas minerais, assim como da produção de alimentos; a mais estreita integração da

Amazônia às demais regiões do País com a viabilização do seu acesso ao Pacífico e ao Caribe; a preservação dos valores culturais das comunidades indígenas e extrativistas com a melhoria da qualidade de vida do povo; por fim, a afirmação inequívoca da soberania brasileira e a vigilância sobre o território com a ampliação da cooperação internacional, com o objetivo de atrair conhecimentos e recursos para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A viagem de trabalho de três dias que iniciei ontem à Amazônia tem uma dimensão sem precedentes. Acompanha-me praticamente a metade do Ministério. Temos nos encontrado em trabalho com nove governadores, algumas dezenas de parlamentares, prefeitos, empresários, cientistas, membros das comunidades indígenas e extrativistas, organizações não governamentais, representantes de países e organizações internacionais que financiam projetos na região.

Quero ver a Amazônia contribuir para a redução das desigualdades regionais, promovendo um novo modelo de integração nacional. Estou convencido de que a Amazônia está capacitada a contribuir para isso de maneira decisiva. Meu Governo está dando prioridade a indústrias de serviços, como o turismo ecológico, como alternativa de desenvolvimento ambientalmente adequado, juntamente com o desenvolvimento do potencial da diversidade biológica amazônica e a instalação de unidades produtivas de alta tecnologia. Pretendo encorajar o aumento do comércio de bens e serviços entre a Amazônia e as demais regiões, assim como a canalização, para a região, de capitais produtivos nacionais e estrangeiros.

Nesse contexto, há espaço para grandes projetos que consolidam o papel estratégico da Amazônia e também para projetos menores, de impacto local. Essas duas vias são complementares. Um grande projeto não é viável, se não há mão-de-obra local capacitada, formada por unidades escolares da região e amparada por esquemas apropriados de lazer e saúde. Por outro lado, projetos mais modestos atendem de maneira especial às necessidades locais.

A Amazônia já deixou de ser uma região de problemas para transformar-se numa terra de oportunidades. A despeito de ainda subsistirem

algumas vozes ou ações isoladas, já superamos a dicotomia estéril entre os que buscavam a exploração predatória das riquezas da Amazônia e os que, dentro de uma visão estreita da preservação ambiental, acreditavam ser possível deixar intocada quase metade do território nacional.

Temos discutido com os governos estaduais, com os parlamentares e com os segmentos mais representativos da sociedade as prioridades da política integrada para a Amazônia, os projetos estruturadores do desenvolvimento sustentável e as políticas de educação e saúde para o combate à miséria e para a erradicação das doenças endêmicas e do analfabetismo.

O propósito de desenvolver a Amazônia e, ao mesmo tempo, conservar seus ecossistemas para gerações presentes e futuras conceitualmente não é novidade. O que falta é transformar o conceito de desenvolvimento sustentável em ação coordenada e integrada à política mais ampla de construção de um novo Brasil. Estamos elaborando a matriz brasileira de desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente. Essa matriz deverá levar em consideração fatores sociais, culturais, econômicos e ambientais para a aferição desse desenvolvimento.

Trata-se de uma metodologia inovadora. Ela se propõe a trabalhar não somente com indicadores socioeconômicos globais, como o PIB, a renda *per capita*, o alfabetismo e desmatamento global, mas também com critérios adaptados à realidade local, como o grau de participação das instituições locais no processo decisório sobre desenvolvimento, a situação das populações e as tradições locais, incluindo o papel da mulher e dos jovens, a situação das crianças, o nível e a natureza dos investimentos produtivos canalizados para a região e a valorização do conhecimento tradicional.

Hoje, presenciamos um saudável encontro entre visões e idéias, políticas e projetos, energias e recursos. Os novos governadores dos Estados da região compartilham, mais do que ninguém, essa visão moderna e equilibrada do desenvolvimento sustentável e da urgência em promover a melhoria das condições de vida dos habitantes da Amazônia. Essa é uma oportunidade que não podemos deixar escapar, para o bem dos amazônidas e dos brasileiros.

